

A.I. Nº 298574.0015/21-1
AUTUADO SIAN – SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO AUTOMOTIVA DO NORDESTE LTDA. – EM -
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AUTUANTE JOWAN DE OLIVEIRA ARAÚJO
ORIGEM DAT METRO/IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO INTERNET – 05/09/2022

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0138-01/22-VD

EMENTA: ICMS. PROAUTO. CRÉDITOS FISCAIS ACUMULADOS. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. QUITAÇÃO DE DÉBITOS SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL. Autuado possuía créditos fiscais acumulados em período imediatamente anterior ao do início da presente ação fiscal em valor superior à exigência fiscal remanescente de todo o período do auto de infração, descabendo a acusação de compensação indevida de créditos fiscais sobre o imposto devido relativo à diferença de alíquotas lançado pelo contribuinte no período. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O auto de infração em lide, lavrado em 28/07/2021, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 465.728,43 em decorrência das seguintes infrações imputadas ao autuado:

Infração 01 (02.11.01) – descumpriu obrigação tributária principal diversa das previstas em lei, na qual não houve dolo, ocorrido nos meses de janeiro de 2017 a março de 2020 e de julho a dezembro de 2020, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 446.199,28, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "f" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96. O autuante acrescentou que o autuado é beneficiário do PROAUTO e utilizou créditos fiscais acumulados para quitar débitos fiscais decorrentes das operações submetidas à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na forma estabelecida no inciso XI e no § 6º do art. 17 da Lei nº 7.014/96. Destacou, ainda, que o art. 1º do Decreto nº 7.989/01 e os regimes especiais nº 20691/2017, 16551/2018, 38406/2019, 1491/2020 e 9027/2020 vedam a utilização de crédito fiscal para quitar débitos fiscais;

Infração 02 (02.11.01) – descumpriu obrigação tributária principal diversa das previstas em lei, na qual não houve dolo, ocorrido nos meses de janeiro de 2017 a março de 2020, maio de 2020 e de julho a dezembro de 2020, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 19.529,15, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "f" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96. O autuante acrescentou que o autuado é beneficiário do PROAUTO e utilizou créditos fiscais acumulados para quitar débitos fiscais decorrentes das operações submetidas à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas formas estabelecidas no inciso XI e no § 6º do art. 17 da Lei nº 7.014/96. Destacou, ainda, que o art. 1º do Decreto nº 7.989/01 e os regimes especiais nº 20691/2017, 16551/2018, 38406/2019, 1491/2020 e 9027/2020 vedam a utilização de crédito fiscal para quitar débitos fiscais.

O autuado apresentou defesa das fls. 41 a 46. Disse que tem direito de utilizar créditos fiscais do ICMS que acumulou em períodos de apuração anteriores para quitar débitos do ICMS por meio da conta corrente da sua escrita fiscal, nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei nº 7.014/96. Acrescentou que o art. 305 do RICMS também permite a utilização de créditos fiscais acumulados para quitar

débitos do imposto. Ademais, lembrou que o art. 14 da Lei nº 7.537/99 dispensa o autuado do pagamento da diferença de alíquotas nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 71 e 72. Disse que a aparente contradição entre as normas gerais de direito a crédito fiscal, apresentadas pelo autuado, e as regras específicas que lastrearam a presente autuação conduz à conclusão que as específicas devem prevalecer. Destacou que o autuado não indicou quais foram as aquisições de ativo imobilizado que constam nos demonstrativos de débito das infrações.

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal converteu o processo em diligência para que o autuado apresentasse demonstrativo de apuração dos créditos transferidos para a FORD, vinculados às operações de saídas com diferimento, nos termos estabelecidos nos regimes especiais vigentes à época dos fatos geradores.

O autuado respondeu por e-mail à intimação recebida do autuante informando que já lhe havia entregue o demonstrativo de apuração dos créditos transferidos para a FORD dia 02/06/2021 (fl. 83).

O autuante apresentou nova informação fiscal das fls. 90 a 92. Disse que inexistiu fatos a modificar o lançamento tributário e manteve o pedido de procedência.

O autuado, entretanto, se manifestou às fls. 96 e 97. Destacou que os créditos transferidos para a FORD não são objeto deste auto de infração. Reiterou que está dispensado do pagamento da diferença de alíquotas nas aquisições de ativo imobilizado, conforme art. 14 da Lei nº 7.537/99.

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal deliberou por nova conversão do processo em diligência à inspetoria de origem para que o AUTUANTE:

1 – com base no demonstrativo de apuração dos créditos transferidos para a FORD, elaborado pelo autuado, cuja entrega ocorreu em 02/06/2021, conforme mensagem à fl.83, verificasse se os créditos existentes na escrita fiscal do autuado, utilizados na compensação do ICMS decorrente da diferença de alíquotas, não deveriam ter sido transferidos para a FORD, conforme obrigação prevista no Decreto nº 7.989/01;

2 – na hipótese de existência irregular na escrita fiscal de créditos fiscais que deveriam ter sido transferidos para FORD e que repercutiram na compensação com o ICMS decorrente da diferença de alíquotas, elaborasse novos demonstrativos para exigência do ICMS exclusivamente em relação a essas repercussões indevidas.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 103 e 104. Disse que não há discriminação das operações fiscais relativas à transferência de crédito para a FORD nos documentos entregues pelo autuado das fls. 25 a 32. Em cumprimento ao disposto na última diligência, o autuante elaborou os demonstrativos que foram remetidos para o endereço consefprocessos@sefaz.ba.gov.br e anexado de forma sintética à fl. 105.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente auto de infração exige ICMS de contribuinte beneficiário do PROAUTO em decorrência da utilização de créditos fiscais acumulados para quitar débitos fiscais decorrentes das operações submetidas à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, conforme texto contido na descrição dos fatos:

“Descumpriu obrigação tributária principal, ocorrendo infração diversa das previstas em lei, na qual não houve dolo.

O sujeito passivo, beneficiário do Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia –

PROAUTO, utilizou créditos fiscais acumulados para quitar débitos fiscais decorrentes das operações submetidas ao ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestaduais, nas formas estabelecidas pelo art. 17, inciso XI e § 6º, da Lei nº 7.014/96.

Ocorre que o art. 1º do Decreto nº 7.989/01, bem como os §§ 1º e 2º da cláusula primeira e § 3º da cláusula quinta dos regimes especiais conferidos pelos pareceres da SAT/DITRI/GETRI de nº 20691/2017, 16551/2018, 38406/2019, 1491/2020 e 9027/2020 vedam a utilização de crédito fiscal para quitar débitos fiscais”.

O art. 1º do Decreto nº 7.989/2001 estabelece que “os créditos fiscais acumulados por estabelecimentos fornecedores de empresas fabricantes de veículos automotores, beneficiárias principais do Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia - PROAUTO, deverão ser transferidos, na proporção das saídas com diferimento, para as referidas empresas, na forma e nas condições estabelecidas em regime especial de tributação, não sendo admitida qualquer outra forma de utilização dos referidos créditos”.

O autuado era empresa fornecedora da FORD, estando obrigada, nos termos do Decreto nº 7.989/2001 e dos regimes especiais nº 20691/2017, 16551/2018, 38406/2019, 1491/2020 e 9027/2020, a transferir para seu cliente os créditos fiscais vinculados às saídas com diferimento. Assim, a presente autuação considerou que os débitos fiscais referentes ao imposto da diferença entre as alíquotas interna e interestaduais, calculados sobre as notas fiscais relacionadas no demonstrativo de débito, foram indevidamente compensados com os créditos fiscais que deveriam ter sido transferidos para a FORD.

Reitero que não se está exigindo o débito fiscal relativos ao imposto devido em razão da diferença de alíquotas, mas a sua compensação indevida com créditos fiscais que somente poderiam ser utilizados na transferência para a FORD. Assim, não há porque se discutir acerca do fato das mercadorias serem ou não do ativo imobilizado, como aduzido pelo autuado, pois os débitos fiscais foram lançados na escrituração fiscal pelo contribuinte.

Após diligência requerida pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal (fl. 100), o autuante refez o demonstrativo de débito do período da autuação e concluiu que a compensação indevida no referido período se deu apenas no valor de R\$ 256.369,58, sendo R\$ 245.646,27 referente à infração 01 e R\$ 10.723,31 referente à infração 02, conforme documento à fl. 105. Ou seja, esses seriam os valores que deveriam ter sido transferidos para a FORD, mas foram utilizados na compensação indevida com o débito do imposto relativo à diferença de alíquotas, considerando apenas as operações de entrada e saída ocorridas durante o período da ação fiscal (2017 a 2020).

Ocorre que, de acordo com o registro de apuração do autuado, referente ao período de janeiro de 2017, anexado pelo autuante, o autuado possuía créditos acumulados em dezembro de 2016 no valor de R\$ 485.287,71, conforme documento à fl. 25, que não foram questionados na presente ação fiscal com relação à sua legitimidade.

Desta forma, o crédito acumulado na escrita fiscal do contribuinte em dezembro de 2016 (R\$ 485.287,71) suplantou em muito a exigência fiscal remanescente relativa ao período de 2017 a 2020 (R\$ 256.369,58), relativa a este auto de infração. A existência de créditos fiscais acumulados em valor superior ao débito fiscal apurado conduz à conclusão de que não houve repercussão em descumprimento de obrigação tributária principal, como descrito na infração. Assim, não há como prosperar a acusação de que os débitos fiscais relativos à diferença de alíquota do período de 2017 a 2020 foram compensados com créditos fiscais indevidamente utilizados pelo autuado.

Desse modo, voto pela IMPROCEDÊNCIA do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298574.0015/21-1**, lavrado contra SIAN

– **SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO AUTOMOTIVA DO NORDESTE LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, devendo ser intimado o autuado para tomar conhecimento da decisão.

Esta Junta de julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1 do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558, com efeitos a partir de 17/08/18.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 02 de agosto de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR